

Paper do NAEA Volume 28

Turismo, desenvolvimento e sustentabilidade na ilha do Marajó

Marinete da Silva Boulhosa¹



RESUMO

O turismo, enquanto atividade socioeconômica, tem influenciado positivamente na economia mundial, contribuindo para geração de emprego, entrada de receitas, instalação de infraestrutura etc. tornando-se, por isso, uma atividade prioritária em políticas e ações governamentais. Todavia, experiências da atividade, por todo mundo, também têm resultado em inúmeros impactos negativos sobre o ambiente natural e sociocultural. Esse contexto tem demandado por pesquisas científicas críticas e integradoras, considerando a necessidade de avaliação dos modelos de desenvolvimento adotados para o turismo, partindo de uma perspectiva de análise multi e inter disciplinar, observando-o como uma fenômeno social, o que possibilitará uma melhor compreensão do mesmo e contribuirá para a construção de caminhos mais sustentáveis para seu desenvolvimento. É nesta perspectiva, que o presente artigo se coloca, realizando uma abordagem crítica sobre o turismo na Ilha do Marajó, destacando a necessidade de se relativizar a forma como esse turismo vem sendo desenvolvido nessa região, buscando contribuir para abordagens holísticas e críticas da atividade, atrelada à possibilidade da mesma colaborar para um desenvolvimento sustentável do Marajó, pois embora a atividade se desenvolva há décadas, pouco ou quase nada tem contribuído para a melhoria das condições de vida da população, nos locais onde o mesmo vem sendo realizado. Em uma região que concentra os mais baixos índices de desenvolvimento humano do Pará e do Brasil, é imprescindível que qualquer atividade que objetive contribuir para a mudança desse cenário, considere essa realidade e parta do atendimento das demandas locais do povo marajoara.

Palavras-chave: Marajó. Desenvolvimento Sustentável. Turismo.

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, NAEA, UFPA. Mestre em Antropologia. Professora do IFPA. E-mail: neteboulhosa@gmail.com.

ABSTRACT

Tourism, as a socioeconomic activity, has had a positive influence on the world economy, contributing to job creation, revenue entry, installation of infrastructure, etc. making it, therefore, a priority activity in government policies and actions. However, experiences of the activity, all over the world, have also resulted in numerous negative impacts on the natural and socio-cultural environment. This context has demanded critical and integrative scientific research, considering the need to evaluate the development models adopted for tourism, starting from a perspective of multi and interdisciplinary analysis, observing it as a social phenomenon, which will enable a better understanding and contribute to building more sustainable paths for its development. It is in this perspective, that this article is placed, taking a critical approach to tourism in Marajó Island, highlighting the need to relativize the way that tourism has been developed in this region, seeking to contribute to holistic and critical approaches to the activity, linked to the possibility of it collaborating for a sustainable development of Marajó, because although the activity has been developing for decades, little or almost nothing has contributed to the improvement of the living conditions of the population, in the places where it has been carried out. In a region that concentrates the lowest levels of human development in Pará and Brazil, it is essential that any activity that aims to contribute to change this scenario, consider this reality and start meeting the local demands of the Marajoara people.

Keywords: Marajó. Sustainable Development. Tourism.

INTRODUÇÃO

A influência do turismo, como atividade socioeconômica, vem se destacando há décadas, em função de seu crescimento quase ininterrupto e sua importância para a economia e desenvolvimento mundial, através da geração de emprego, entrada de receitas, instalação de infraestrutura etc. Sua importância para a economia parece ser já uma unanimidade, observada nos propagados dados estatísticos positivos sobre o mesmo e seu reflexo nas políticas públicas, programas e ações que priorizam essa atividade.

Contudo, embora se reconheça a contribuição do turismo para a economia, há inúmeras experiências da atividade, espalhadas pelo mundo, em que a mesma foi responsável por impactos negativos sobre o ambiente natural, pela expulsão de populações autóctones e concentração de riquezas em mãos de uma minoria, contribuindo para a elevação das desigualdades sociais. Tais experiências vêm constituindo-se em objeto de análise do turismo, levando a críticas constantes aos modelos de desenvolvimento adotados para a promoção deste.

Na contemporaneidade, as análises científicas sobre o turismo têm se direcionado para uma abordagem mais ampla da atividade, vendo-a como um fenômeno social e não apenas uma atividade econômica, o que exige uma abordagem mais ampla e complexa desse fenômeno.

Nesta perspectiva, o presente artigo, faz uma abordagem crítica sobre o turismo na Ilha do Marajó, enquanto região prioritária para o desenvolvimento dessa atividade no Estado do Pará, destacando a necessidade de se relativizar a forma como esse turismo vem sendo desenvolvido na Ilha, buscando contribuir para abordagens holísticas e integradoras da atividade, atreladas à possibilidade da mesma colaborar para um desenvolvimento sustentável do Marajó, a partir de novas formas de pensar, planejar e desenvolver o turismo na região.

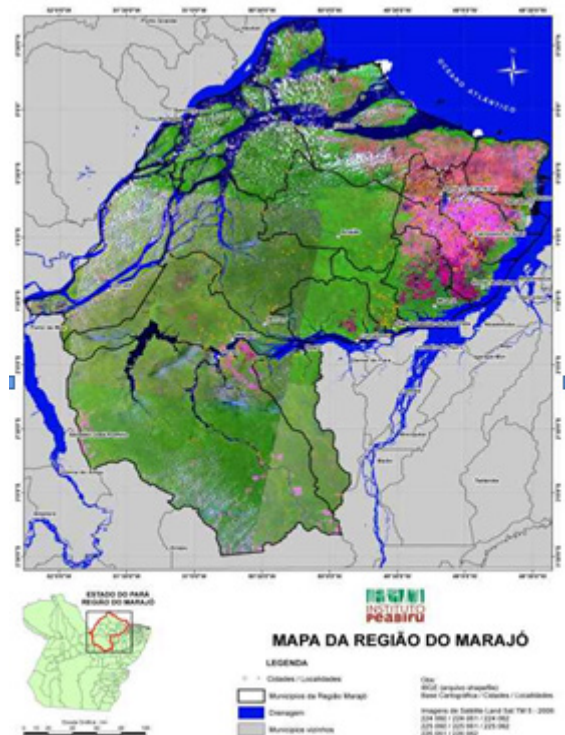
METODOLOGIA

O presente artigo foi elaborado a partir de levantamento documental e bibliográfico que abrangem livros, artigos científicos sobre turismo e desenvolvimento, documentos públicos e relatórios sobre os dados de desenvolvimento e vulnerabilidade da região do Marajó, e outros assuntos referentes à Ilha; e, pesquisa de campo, com observação direta e produção de fotografias documentais. As fotografias apresentadas, produzidas na linha da fotografia documental, fazem parte do banco de imagens da pesquisadora, que tem como *locus* de pesquisa, o Marajó e sua gente, em toda a sua trajetória acadêmica, com registros fotográficos dos municípios de Cachoeira do Arari, Salvaterra, Santa Cruz do Arari e Soure.

A ILHA DO MARAJÓ: REGIÃO DE CONTRASTES

A Ilha do Marajó, localizada a nordeste do Estado do Pará, na desembocadura do rio Amazonas, possui uma área de 50.000Km², constituindo-se na maior ilha fluvio-marinha do mundo (LISBOA, 2012). Fazendo parte do arquipélago marajoara, a ilha concentra 12 municípios dos 16 que compõem o arquipélago (Fig.01), com uma população de 525.347 habitantes, 6,5% da população do estado do Pará (FAPESPA, 2015).

Figura 01: Mapa da região do Marajó



Fonte: Peabiru.org.br, 2012.

A região do Marajó possui grande importância arqueológica, cultural, natural e econômica para o Estado. A ilha foi o berço de uma das civilizações mais desenvolvidas da pré-história amazônica, a sociedade marajoara, responsável por uma singular produção ceramista (Fig. 02), de grande valor arqueológico (SCHAN; MARTINS; PORTAL, 2010). As influências deixadas por essas civilizações e a relação com os brancos e negros no processo de colonização, contribuíram para a construção de uma cultura local marcada por um profundo conhecimento sobre a natureza, pela crença nos “encantados” (Fig. 03) das florestas e dos rios, pela religiosidade fervorosa, quase sempre manifestada coletivamente, por uma gastronomia ímpar, de sabores inusitados, por músicas e danças que revelam o dia-a-dia do homem marajoara, enfim, por práticas culturais que particularizam essa região, no estado do Pará.

O Marajó é uma das mais importantes regiões de produção extrativista, frutífera e pesqueira do Estado, com destaque também a sua grande produção pecuária bovina e bubalina e seus derivados, o leite, o queijo e o couro (FAPESPA, 2015) (Fig. 04 e 05). Essa atividade, instalada no período colonial, até hoje se mantém como uma das mais importantes para a economia da ilha (TEIXEIRA, 1953; BARROSO, 1954).

2 Heraldo Maués (1995 e 1999) explica que a crença no encantado se refere a seres sobrenaturais, que habitam “no fundo”, numa região abaixo da superfície terrestre, subterrânea ou subaquática, que se manifestam de diversas formas, como cobras, peixes, botos etc. considerados perigosos, pois podem provocar doenças “não-naturais”, como “mau olhado” ou “flechada de bicho”, cuja cura demanda o trabalho de pajés. Podem se manifestar também em forma humana, aparecem como se fossem pessoas conhecidas e desejam levar para o “fundo”. Sua terceira forma de manifestação é aquela em que eles permanecem invisíveis, incorporando-se nos pajés, figura central do ritual da pajelança, quando são chamados de caruanas ou guias, para executar missões, geralmente de cura.



Figura 02- Fragmento da cerâmica da fase marajoara, encontrado em Ponta de Pedras. A marajoara foi a quarta fase de ocupação humano pré-cabralina da Ilha do Marajó, indo de 400 DC a 1300 DC.
Autora: Marinete Silva Boulhosa, 2018.



Figura 03- Representação de um "Encontado ou Caruana" energia ou ser que vive na natureza e incorpore-se nos pajés. Instituto Caruanas do Marajó, na propriedade da pajé Zenilda Lima. Soure
Autora: Marinete Silva Boulhosa, 2017.



Figuras 04 e 05 – Área de várzea do Marajó, onde o açai (*Euterpe oleracea*) é abundante na ilha e, os campos naturais com criação de búfalo.

Autora: Marinete Silva Boulhosa, 2019.

Porém, não obstante sua importância, a região do Marajó, apresenta profundos contrastes, correspondendo a uma das áreas mais pobres do estado do Pará e do Brasil, com uma população de 180.048 pessoas vivendo em situação de extrema pobreza (IBGE, 2010), com os mais baixos índices de desenvolvimento humano do país.

Nos dados sobre o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM do estado do Pará (Tabela 01), dos dez municípios paraenses com os menores IDHM, 7 (sete) estão na região do Marajó, e desses sete, 6 (seis) apresentam “Muito baixo desenvolvimento humano”, ou seja, os piores índices do Estado, significado baixos níveis de escolaridade, longevidade e renda (IPEA, 2010).

No Relatório Sobre a Vulnerabilidade Social do Pará (2015), publicado pela Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas do Pará – FAPESPA (2015), os 10 municípios paraenses que apresentaram, em 2000, os piores Índices de Vulnerabilidade Social - IVS, situam-se na faixa de “muito alta vulnerabilidade social”, com índices que vão de 0,775 a 0,828, e apareceram, no ranking Brasil IVS, naquele ano, entre as posições 5.501^o e 5.557^o, dos 5.565 municípios considerados no estudo. Assim, esses municípios não apenas figuram como os municípios com os piores IVS do Estado, como também estão entre os 65 piores do Brasil (FAPESPA, 2015).

Tabela 01 - Ranking do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM, do estado do Pará em 2010

Faixas de desenvolvimento humano					
● Muito Alto	0,800 - 1,000				
● Alto	0,700 - 0,799				
● Médio	0,600 - 0,699				
● Baixo	0,500 - 0,599				
● Muito Baixo	0,000 - 0,499				

134 *	Nova Esperança do Piná (PA)	● 0,502	0,482	0,757	0,346
134 *	Curralinho (PA)	● 0,502	0,508	0,769	0,323
136 *	Afuá (PA)	● 0,489	0,485	0,774	0,311
136 *	Ipojuca do Pará (PA)	● 0,489	0,508	0,757	0,304
138 *	Anajás (PA)	● 0,484	0,506	0,774	0,290
139 *	Portel (PA)	● 0,483	0,513	0,767	0,286
140 *	Cachoeira do Piná (PA)	● 0,473	0,449	0,779	0,303
141 *	Bagre (PA)	● 0,471	0,481	0,777	0,280
142 *	Chaves (PA)	● 0,453	0,516	0,769	0,234
143 *	Melgaço (PA)	● 0,418	0,454	0,776	0,207

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil (IPEA, 2010).

Observando o ranking dos 10 municípios com os piores IVS no Pará no ano de 2010 e comparando aos dados de 2000, constatou-se a permanência de seis: Quatipuru, Garrafão do Norte, Chaves, Viseu, Prainha e Aveiro. Em 2010 aparecem nesse ranking os municípios de Porto de Moz, Melgaço, Vitória do Xingu e Afuá, o que indica um aumento no IVS em dez anos, significando que o Pará teve resultado pior que em 2000, de acordo com a Tabela 02. Entre esses municípios Chaves, Melgaço e Afuá fazem parte da região do Marajó.

Tabela 02 - Municípios Paraenses com os 10 Piores IVS nos Rankings Pará e Brasil nos anos 2000/2010

2000				2010			
Ranking Pará	Ranking Brasil	Município	IVS	Ranking Pará	Ranking Brasil	Município	IVS
143*	5.557º	Viseu	0,828	143*	5.563º	Aveiro	0,769
142*	5.550º	Prainha	0,818	142*	5.555º	Prainha	0,744
141*	5.544º	Aveiro	0,809	141*	5.553º	Viseu	0,740
140*	5.542º	Bagre Marajó	0,809	140*	5.545º	Afuá Marajó	0,729
139*	5.540º	Chaves Marajó	0,806	139*	5.536º	Chaves Marajó	0,717
138*	5.534º	Quatipuru	0,800	138*	5.531º	Vitória do Xingu	0,706
137*	5.516º	Trairão	0,785	137*	5.529º	Melgaço Marajó	0,699
136*	5.515º	Garrafão do Norte	0,782	136*	5.520º	Porto de Moz	0,698
135*	5.504º	Maracanã	0,777	135*	5.512º	Garrafão do Norte	0,694
134*	5.501º	Tracuateua	0,775	134*	5.503º	Quatipuru	0,683

Fonte: IPEA, 2015 in FAPESPA, 2015, com destaques da autora.

Os dados estatísticos sobre a região do Marajó revelam uma realidade de contrastes alarmantes, pois ao lado de sua grande riqueza natural e cultural, a região apresenta esses números: maior taxa de analfabetismo de 15 anos ou mais do Pará, com 21%; 3ª maior taxa de Mortalidade Infantil do Pará, com 17% e; concentra a maior taxa de pobreza do Pará, com 57% (FAPESPA, 2015).

Pesquisa realizada por Quintela, Toledo e Vieira (2018) utilizando como ferramenta de análise, o Barômetro da Sustentabilidade, identificou que a região do Marajó varia de “potencialmente insustentável a intermediário”. Tal realidade, de acordo com a pesquisa, foi associada à ineficácia das políticas públicas e à discrepância dos diferentes modelos de gestão municipal, pois as ações municipais são identificadas como a principal causa da grande variabilidade dos indicadores, uma vez que o papel da gestão municipal em implementar políticas e programas é determinante no nível de sustentabilidade.

Estudos de Ribeiro (2002) ao calcular o índice de sustentabilidade para cidades e regiões do estado do Pará, para o ano 2000, constatou que a região do Marajó é uma das mais insustentáveis, pois apresenta altas taxas de mortalidade infantil, gravidez na adolescência, analfabetismo, evasão escolar e trabalho infantil.

Neste contexto, em 2007, foi lançado o Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Arquipélago do Marajó (BRASIL, 2007), construído a partir de diretrizes propostas pelo Governo Federal, debatido com a sociedade civil, governo estadual e prefeituras dos 16 municípios do arquipélago, através de reuniões e consultas públicas, que alcançaram a participação de mais de três mil pessoas. Na oportunidade, foram apresentadas as principais reivindicações da população marajoara, que envolviam ordenamento territorial, regularização fundiária e gestão ambiental; fomento às atividades produtivas sustentáveis; infraestrutura para o desenvolvimento; entre outros. Apesar de constituir-se um marco no planejamento territorial do Marajó, o Plano criou muita expectativa, mas ficou mais nas intenções, pois na realidade do Marajó, pouca coisa foi modificada; falhando em sua execução. Os dados apresentados aqui dão conta disto, deixando a região à mercê de projetos e empreendimentos que não correspondem às demandas das populações da região, como bem salientam Quintela, Toledo e Vieira (2018).

Mesmo com existência de várias propostas para reestruturação do território sob a regência de planos de desenvolvimento sustentável, esta região não apresentou transformações sociais significativas na última década. Este quadro de fragilidade no processo de desenvolvimento sustentável expõe Marajó ações e projetos econômicos com alto potencial de risco de degradação ambiental no quadro de baixa resiliência social (2018, p.13).

Chega-se em 2020 e a realidade do Marajó, em muitos casos, não é muito diferente da denunciada por Dalcídio Jurandir, à década de 50, que através de seu romance político Marajó, revelou a perversa estrutura socioeconômica da grande ilha, marcada por profundos contrastes, centrada na figura do fazendeiro Coronel Coutinho e seu filho Missunga, herdeiro daquele mundo onde o pai era dono de tudo.

Marajó, para Coronel Coutinho e alguns fazendeiros grandes era um mundo à parte, privado, lhes pertencia totalmente. Qualquer pensamento para aliviar as condições do vaqueiro e das fazendas, era como um ato de invasão à propriedade (...) Coronel dizia aos amigos em Belém que sabia povoar os seus matos, cruzar o seu fidalgo sangue português com os das índias, encher a terra de povo com a marca dos Coutinhos. De que serviam as vacas e as mulheres senão para aumentar os rebanhos? (JURANDIR, 1992, p. 28).

Hoje os “donos” são outros, bem como outras são as atividades, que trazem maiores impactos para a região. É o caso da rizicultura em grande escala, introduzida em 2010 nos municípios de Cachoeira do Arari e Salvaterra. Fora os benefícios econômicos aos proprietários desses empreendimentos, essa atividade, mesmo apresentando potencial de investimento para a economia do Marajó, tem impulsionado negativamente processos de concentração fundiária, mudanças no consumo, perda da biodiversidade regional, além de concorrer com a sobrevivência de comunidades quilombolas, ribeirinhas, entre outras (CRUZ, SILVA, 2014)

Um conjunto de fatores explica essa situação: estrutura agrária altamente concentrada, distância social e econômica entre o Marajó e a capital do Estado, baixos níveis de escolaridade e formação técnica, falta de apoio técnico e financeiro para a prática de outras atividades

econômicas e a ausência de políticas públicas específicas capazes de resolver os problemas da região (PRONUNCIAMENTO, 1999).

Nesse contexto, se faz oportuno e necessário o desenvolvimento de atividades socioeconômicas que, antes de tudo, considerem a realidade socioambiental da região e as demandas das populações locais. Entre as atividades que se apresentam com grande potencialidade para contribuir para a conservação da natureza e desenvolvimento humano, o turismo é apresentado.

Todavia, para que esse turismo constitua-se em atividade capaz de contribuir, de fato, para a melhoria das condições de vida da população marajoara, se faz, antes de tudo, imperativo, que sua abordagem seja sistêmica, para dar cabo da complexidade do fenômeno turístico e de seu desenvolvimento, numa região tão *sui generis* como é o Marajó, corroborando para a construção de novos modelos de desenvolvimento mais justos e sustentáveis.

TURISMO NO MARAJÓ, POR UM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O conceito de sustentabilidade está associado à utilização dos serviços da natureza dentro do princípio da manutenção do capital natural, isto é, o aproveitamento dos recursos naturais dentro da capacidade de carga do sistema. Nesta perspectiva o reconhecimento das restrições ecológicas e dos desafios socioeconômicos é o primeiro passo para um mundo mais sustentável (VAN BELLEN, 2004). Esta premissa está, ou ao menos deveria estar, na base do que se convencionou chamar de desenvolvimento sustentável; um desenvolvimento que está associado à manutenção dos recursos e ao atendimento das necessidades humanas, de forma igualitária (BRUNDTLAND, 1987).

O conceito de desenvolvimento sustentável, embora seja objeto de severas críticas, devido sua característica genérica, baixo rigor teórico e conceitual, ambiguidade e ampla interpretação (FENZEL, 1997), tem contribuído para uma forte crítica ao modelo vigente de desenvolvimento, possibilitando a criação de mecanismos e ferramentas para medir a sustentabilidade de uma dada região, bem como, a consideração dos limites da natureza e da equidade, como fatores para um o desenvolvimento mais justo (VAN BELLEN, 2004).

Nesse contexto, o turismo vem sendo apontado como atividade capaz de contribuir para o desenvolvimento sustentável, sendo atividade prioritária nas políticas, planos e programas de desenvolvimento em nível federal ao regional, no Brasil, observado no Programa de Ecoturismo da Amazônia Legal (1998), Plano Nacional de Turismo (2007/2010); Plano Amazônia sustentável, (2008); Plano Plurianual do Estado do Pará (2016-2019), Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Arquipélago do Marajó (2007), entre outros.

Porém, não obstante à importância dada ao turismo nas políticas públicas, as pesquisas científicas sobre o mesmo, têm apontado para a necessidade de construção de abordagens sistêmicas e integradoras do fenômeno turístico, que contribua para a relativização das políticas para o setor e redefinição de modelos adotados para o seu desenvolvimento, pois o que se constata, é que embora a atividade traga no seu bojo uma preocupação com as questões ambientais, são inúmeras as experiências no país onde a atividade produziu mais efeitos negativos do que positivos.

Embora seja reconhecida sua contribuição para a economia mundial, ao turismo vem sendo atribuída uma série de efeitos negativos, como a exploração desenfreada dos recursos naturais, a exclusão de populações autóctones, a concentração de terras e riquezas em mãos

de uma minoria, entre outros, observados nas pesquisas de Cavalcanti (1993), Fernandes (2013) e Fazito (2015).

Esses impactos negativos da atividade têm cada vez mais se constituído em objeto de análise teórica do turismo, levando a críticas constantes aos modelos de desenvolvimento adotados para a sua promoção.

As análises científicas contemporâneas sobre o turismo direcionam para uma abordagem mais ampla da atividade, extrapolando seus aspectos puramente econômicos, vendo-o como um fenômeno social, próprio da sociedade moderna e, como tal, a perspectiva de análise se desdobra, exigindo uma abordagem multi e interdisciplinar para se compreender o fenômeno, como um todo (AZEVEDO et al. 2013).

Sob essa perspectiva é que o turismo precisa ser trabalhado no Marajó, considerando as particularidades da região, bem como, o teor negativo que uma atividade pode provocar no ambiente, quando apenas as questões econômicas são consideradas, pois embora o turismo apresente grande potencialidade para contribuir para o desenvolvimento, ele também pode promover a degradação ambiental e o agravamento das desigualdades sociais.

No Marajó, o turismo se iniciou, oficialmente, nas décadas de 70 e 80, como parte das políticas públicas de Estado para dinamizar o setor. Concentrando ações na cidade de Soure, à época apontada como cidade com “vocação natural” para o turismo, isso possibilitou a essa cidade a criação de certa estrutura turística, potencializada pela já existente infraestrutura básica, oriunda do processo de colonização do Marajó, onde Soure constituiu-se em importante núcleo urbano (CRUZ, 1999).

Com a reestruturação da base produtiva do Estado e a inclusão do turismo como prioridade nas políticas públicas estaduais, a partir da década de 90, o que culminou com a constituição de Polos de desenvolvimento do Turismo, o Marajó passou a configurar-se como um Polo Turístico do Estado do Pará, tendo como núcleos indutores, os municípios de Soure, Salvaterra e Ponta de Pedras. Desta forma, passa a ser, área prioritária para a es do poder público, que vão de instalação de infraestrutura   promoção do marketing da região, em nível nacional e internacional (PARA, 2001).

Com a crise na pecuária instalada na ilha, a partir da década de 90, alguns fazendeiros do Marajó passaram também a investir no turismo rural como alternativa econ mica, mas foi a partir de 2000 que a experiência de turismo rural foi incentivada, através de políticas públicas, quando a Companhia Paraense de Turismo - PARATUR, o Serviço Brasileiro de Apoio  s Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE-PA, o Banco da Amazônia - BASA e as prefeituras locais elaboraram um Programa de Diversificação da Oferta Turística da Ilha (BOULHOSA, 2017).

Em 2009, considerando o Programa Nacional de Regionalização do Turismo, ocorreu a adequação dos polos turísticos às novas regiões turísticas, passando o Polo Marajó a ser constituído dos municípios que compõem a Região Marajó, sendo eles Afuá, Anajás, Bagre, Breves, Cachoeira do Arari, Chaves, Curralinho, Gurup , Melgaço, Muan , Ponta de Pedras, Portel, Salvaterra, Santa Cruz do Arari, São Sebastião da Boa Vista e Soure (PARATUR, 2009).

No Marajó, em função das suas características ambientais como regiões de extensos campos naturais, com fazendas centenárias, praias de água doce e salobra pouco antropizadas (Figs 06 e 07), regiões de florestas primárias, rios e lagos de grande beleza cênica, cultura com fortes traços identitários de índios, negros e brancos (Figs. 08 e 09) os segmentos de turismo mais desenvolvidos são os de natureza, ecoturismo, rural, de aventura e cultural (PARATUR, 2009), colocando o Marajó entre os produtos turísticos melhor posicionados nos mercados internacionais, do Pará (SETUR, 2012).



Figuras 06 e 07 – Praia do Pesqueiro e Praia da Barra Velha, em Soure, as mais visitadas do município
Autora: Marinete Silva Boulhosa, 2018.

Porém, embora constitua-se área prioritária para o turismo e, em termos políticos, tenha recebido nova adequação, pesquisas sobre essa atividade na ilha, revelam que o turismo no Marajó é concentrado temporal e geograficamente, é pouco organizado, com ações públicas pontuais, estrutura turística deficiente, pouca valorização da cultura e da gente marajoara e com reduzidos benefícios à população local (CRUZ, 1999; FIGUEIREDO, 1999; TAVARES, 2009; CAMPOS, 2010; BOULHOSA; CABRAL; GOMES, 2017).

Tal realidade revela a necessidade de se repensar e refazer os modelos de desenvolvimento do turismo para a ilha, se a pretensão das políticas públicas é de que esse, de fato, contribua para o desenvolvimento sustentável da região.



Figuras 08 e 09 – Festividade do Glorioso São Sebastião, de Cachoeira do Arari e produção de cerâmica com forte influência arqueológica em Soure, destacam-se como atrativos turísticos culturais do Marajó.
Autora: Marinete Silva Boulhosa, 2018.

Através das políticas públicas, dentre essas as voltadas para o turismo, e dos planos de desenvolvimentos em curso no estado do Pará, um conjunto de ações vem sendo realizado, na busca de promover o pleno desenvolvimento das atividades produtivas da ilha. Porém, a

realidade vigente no Marajó, já apresentada anteriormente, revela a ineficiência das políticas públicas, que vão desde a má gestão municipal à inoperância do Estado em atender as demandas reais dessa região.

Nesse sentido, qualquer atividade que, se acredite, poder contribuir para a mudança do cenário atual do Marajó, precisa, necessariamente, partir de uma reflexão crítica, realista e responsável não apenas sobre sua situação atual, mas, também, sobre a histórica situação a que o Marajó foi relegado; e que leve ao rompimento da perversa lógica economicista e neo-liberal que, como bem destacou Habermas (2001), tem ampliado as desigualdades, a exploração da natureza e a exclusão social, que em parte, é responsável pela situação de abandono do Marajó.

Dito isso, não se quer imputar ao turismo a responsabilidade em promover essa transformação. Na verdade, nenhuma atividade sozinha será capaz de mudar a realidade socioambiental do Marajó. Pela realidade dada, sabe-se que a resposta jamais será unívoca. Cenários complexos demandam respostas complexas e de um trabalho em conjunto de um número maior de agentes envolvidos nos processos decisórios que possam somar esforços para a construção de novos cenários sustentáveis para a região.

Para que tal desenvolvimento sustentável da atividade ocorra, é necessário pensar esse desenvolvimento a partir de uma perspectiva regional/local, ou seja, a partir do reconhecimento das especificidades e necessidades da região. Promover esse desenvolvimento passa, necessariamente, pela problematização e reavaliação da praxis atual da atividade na Ilha, pela reestruturação de políticas públicas respaldadas na pesquisa científica e na real democracia, que rompa com o centralismo decisório, criando espaços de diálogos com as populações locais. Se faz necessário que se dê condições justas de posicionamento dos municípios que hoje compõem o polo de turismo do Marajó, no sentido de que os 16 municípios sejam beneficiários de ações de infraestrutura, estrutura turística e de divulgação de suas potencialidades e atratividades, pois até hoje, quando se fala em turismo no Marajó, se restringe a Soure e Salvaterra.

Promover o desenvolvimento sustentável do turismo no Marajó passa, necessariamente, pela conservação e utilização apropriada do patrimônio natural e cultural existentes; pela consideração ao etnoconhecimento que marca o saber e o fazer local e não pode ser desprezado em face do conhecimento científico; pelo apreço à relação com a natureza no ambiente marajoara, marcado por lógicas não capitalistas; pelo respeito aos processos de socialização e construção de formas particulares de trabalho coletivo; pela valorização do protagonismo das populações locais; enfim, um desenvolvimento que promova, antes de tudo, o desenvolvimento humano. Se as pré-condições aqui apresentadas não forem consideradas, ocorrerá apenas a apropriação do estético e do cultural como fetiches da produção da mercadoria turismo (BOULHOSA, CABRAL, GOMES, 2017), em nada contribuindo para o desenvolvimento do ser marajoara, mantendo o turismo no atual patamar.

CONCLUSÃO

O turismo no Estado do Pará, desde a década de 90 passou a ter maior destaque nas políticas e programas de desenvolvimento para a região. Nesse contexto, o Marajó foi convertido em região prioritária para seu desenvolvimento, em função de seu apelo ambiental e atratividade

natural. A partir daí, uma série de ações que vão de instalação de infraestrutura à promoção dos inúmeros e diversos atrativos da ilha, vem ocorrendo na região.

Porém, não obstante ser objeto de inúmeras políticas em nível federal e estadual e possuir uma grande atratividade turística, o Marajó destaca-se como uma das regiões mais pobres do Pará e do Brasil, concentrando os mais baixos níveis de desenvolvimento do Estado. Nesse sentido, não se pode pensar em um turismo sustentável, sem se considerar essa realidade e no que esse turismo pode contribuir para uma mudança no cenário atual dessa região.

A realidade do Marajó revela que as políticas públicas, indo do nível municipal ao federal, apresentam-se incapazes de resolver os graves problemas ambientais que, historicamente, a região vem enfrentando. Ou ficam no campo das intenções, ou quando efetivadas, acabam por beneficiar muito mais agentes externos, que veem a ilha apenas como espaço de apropriação e exploração, do que as populações que residem há séculos na região, cujo modo de vida e existir, está imbricado àquela terra.

A potencialidade natural que o Marajó possui para o desenvolvimento do turismo é uma realidade factível, mas esse turismo, que há décadas vem se desenvolvendo na Ilha, revela-se não sustentável, pois pouco ou quase nada tem contribuído para a melhoria da condição de vida das populações, nos locais onde é realizado.

É tempo de dar visibilidade e oportunidade a novas formas de fazer o turismo no Marajó, considerando a participação da população da própria Ilha nos processos decisórios que envolvem o turismo. Um turismo que possibilite o envolvimento da população local, em contribuir com seu profundo conhecimento da natureza e sua capacidade de dar resposta as suas próprias demandas, poderá corroborar para se construir caminhos mais sustentáveis para o turismo na grande região do Marajó.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZEVEDO, F. F. et al. (Org.) *Turismo em Foco*. Belém: NAEA, 2013. p. 11-27.
- BARROSO, A. E. V. *Marajó: Estudo etnográfico, geológico e histórico sobre a grandiosa ilha da foz do Amazonas*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana. 1954.
- BARROS, M. J. B. Território e desenvolvimento uma análise crítica do plano de desenvolvimento territorial sustentável do arquipélago do Marajó- Pará. *Rev. GeoAmazonia*. v. 1, n. 01 2013.
- BOULHOSA, M. S. *Entre a sela e o santo*. Belém, IFPA, 2007.
- BOULHOSA, M. S. CABRAL, N. W. S. GOMES, E. L.S. Turismo no Marajó (Pa): identidade e diversidade como potencialidades para um turismo sustentável. In: *Turismo e desenvolvimento local: Experiências, análises e perspectivas na Amazônia*. Belém, 2017.
- BRASIL. *Plano Amazônia Sustentável: diretrizes para o desenvolvimento sustentável da Amazônia Brasileira*. Brasília: MMA, 2008.
- BRASIL. *Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Arquipélago do Marajó*. Brasília, 2007.
- BRASIL, MICT. *Diretrizes para uma Política Nacional do Ecoturismo*. Brasília. Brasília: Ministério da Ind. Com. e Turismo – MICT; Ministério do Meio Ambiente, 1994.
- BRUNDTLAND COMMISSION. *Our Common Future*. Cambridge, UK; Cambridge University Press, 1984.
- CAMPOS, I. *Ecoturismo na Ilha do Marajó*. V Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade (ANPPAS). Florianópolis, 2010.
- CRUZ, B. E. V.; SILVA, A. R. F. Conflito pelo uso do território nos campos marajoaras Pará: entre o uso monopolista e o uso coletivo do território. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP)*, Belém, v. 01, n. 1, p. 76-87, jan./jun. 2014.
- CRUZ, M. *Soure, pérola do arquipélago do Marajó*. Belém: MM Lima, 1999.
- CRUZ, S. H. V. *Os impactos do turismo na Ilha de Marajó (PA): aspectos ambientais da praia do pesqueiro* (Dissertação de mestrado). Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil, 1999.
- FAPESPA. *Relatório sobre a Vulnerabilidade Social no Estado do Pará*. Belém, 2015.
- FAZITO, M. Modernização turística: o papel do turismo nos discursos dominantes de desenvolvimento. In: FIGUEIREDO et al. (Org.) *Perspectivas contemporâneas de análise em turismo*. Belém: NAEA, 2015.

FENZEL, N. Estudo de parâmetros capazes de dimensionar a sustentabilidade de um processo de desenvolvimento. In: XIMENES, T. (ORG.). *Perspectivas do desenvolvimento sustentável: uma contribuição para a Agenda 21*. Belém: NAEA/UFPA, 1997.

FERNANDES, A. J. As transformações socioespaciais do litoral do Rio Grande do Norte – Brasil: o turismo e a ausência de sustentabilidade. In AZEVEDO et al. (Org.) *Turismo em Foco*. Belém: NAEA, 2013.

FIGUEIREDO, S. L. *Ecoturismo, festas e rituais na Amazônia*. Belém: UFPA/NAEA, 1999.

FIGUEIREDO, S. L. (Org.). *O Ecoturismo e a questão ambiental da Amazônia*. Belém: NAEA/UFPA, 1999.

HABERMAS, J. *A constelação pós-nacional: ensaios políticos*. São Paulo: Littera Mundi, 2001.

IBGE. *Censo Demográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

IPEA. *Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil: Ranking do Pará*. 2010

IPEA. *Atlas da vulnerabilidade social nos municípios brasileiros* / editores: Marco Aurélio Costa, Bárbara Oliveira Marguti. – Brasília: IPEA, 2015.

LISBOA, P. L. B. *A terra dos Aruã: uma história ecológica do arquipélago do Marajó*. Museu Paraense Emílio Goeldi. Belém, 2012.

MAUÉS, R. H. *Padres, pajés, santos e festas: o catolicismo popular e o controle eclesiástico*. Belém, Cejup, 1995.

MAUÉS, R. H. *Encantados e pajelança na crença cabocla*. Enfoque Amazônico. Belém, 1987.

PARÁ. *Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental da Região de Integração do Marajó*. FAPESPA, 2015.

PARÁ. *Plano Plurianual 2016-2019 do Governo do Estado do Pará* / Secretaria de Estado de Planejamento. Diretoria de Planejamento. Belém: Seplan, 2015.

PARÁ. *Síntese do índice de desenvolvimento humano municipal – IDHM para o estado do Pará*. 2010. Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará: Belém, 2010.

PARATUR. *Resumo Executivo do Polo Marajó – PA*. Ministério do Turismo. Companhia Paraense de Turismo. Belém: PARATUR, 2010.

PARATUR. *RESOLUÇÃO Nº 001/2009*. Dispõe sobre a adequação dos Polos turísticos às novas regiões turísticas estabelecidas no Decreto Estadual de Nº 1.066, de 19.06.2008. Belém, 2009.

PRONUNCIAMENTO DA IGREJA CATÓLICA. *O povo marajoara na ótica da igreja católica*. Belém, 1999.

QUINTELA, P. D. A.; TOLEDO, P. M. de; VIEIRA, I. C. G. Desenvolvimento sustentável do Marajó, Pará: uma visão a partir do Barômetro da Sustentabilidade. *Novos Cadernos NAEA*, [S.l.], v. 21, n. 1, jul. 2018. ISSN 2179-7536. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/4891>>. Acesso em: 17 fev. 2020. doi:<http://dx.doi.org/10.5801/ncn.v21i1.4891>.

RIBEIRO, A. L. Modelo de indicadores para mensuração do desenvolvimento sustentável na Amazônia. 2002. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2002.

SCHAAN, D. P. *A linguagem iconográfica da cerâmica marajoara*. Dissertação de mestrado. Curso de Pós-graduação em História – Área de concentração. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1996.

SCHAAN, D. P. MARTINS; C. P; PORTAL, V. L. M (Org.) Arqueológico do Marajó dos Campos In: *Muito além dos campos Arqueologia e história na Amazônia Marajoara*. 1. ed. – Belém: GKNORONHA, 2010.

SETUR. *Ver-o-Pará - Plano Estratégico de Turismo - Relatório Executivo SETUR*. Belém: SETUR/PA, 2012.

TAVARES, M. G. C. *Turismo e Desenvolvimento na Amazônia Brasileira: O caso do arquipélago do Marajó*. Anais do 12º Encontro de Geógrafos da América Latina, Montevideo, Uruguai, 2009.

TEIXEIRA, J. F. *O arquipélago do Marajó*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, 1953.

VAN BELLEN, H. M. Desenvolvimento sustentável: uma descrição das principais ferramentas de avaliação. *Ambient. soc.* [online]. 2004, vol.7, n.1, pp.67-87. ISSN 1414-753X. <https://doi.org/10.1590/S1414-753X2004000100005>.